

Akhenaton e a construção de uma cosmologia positiva durante a Reforma de Amarna (1353 – 1335 a.C.)

Gisela Chapot¹

O reinado do faraó Akhenaton foi marcado por uma série de mudanças promovidas internamente, as quais constituíram um dos eventos mais polêmicos da história faraônica. Fosse no âmbito político, artístico, cultural ou religioso, quase todos os aspectos da sociedade egípcia passaram por abalos significativos no episódio que ficou conhecido como *Reforma de Amarna*. (1353 – 1335 a.C. de acordo com a cronologia baixa hoje preferida)².

Em termos cronológicos, a reforma está inserida no período denominado Reino Novo (1550 – 1069 a.C.), iniciado quando o faraó Ahmés I (1550 – 1525 a.C.) reunificou o Egito, dando o primeiro passo para formação da XVIIIª dinastia³. O Reino Novo apresentou-se como a fase áurea do Egito, que chegou a atingir, pela primeira vez na sua história, o “status” de um grande Império⁴. Regiões foram conquistadas, o que provocou um aumento considerável da extensão do território egípcio, incluindo a Ásia Menor, Núbia e parte da Mesopotâmia⁵.

O que observamos nos sucessivos reinados da XVIIIª dinastia é um grande número de faraós guerreiros, imbuídos de um sentimento conquistador, quase sempre, atuando pessoalmente nas muitas campanhas militares as quais garantiram a formação

¹ Mestre em História Social, com ênfase em Egiptologia, pela UFF. Professora do CAA, Centro de Aulas de Apoio.

² A forma integrada como os egípcios concebiam o mundo – monismo cósmico- impede-nos de falar em divisões entre o que era político, artístico, religioso, entre outros aspectos. A separação feita por nós tem uma finalidade meramente didática. Retomaremos o assunto mais à frente. Sobre o monismo. Cf. ENGLUND, Gertie. Gods as a Frame of Reference: On Thinking and Concepts of Thought in Ancient Egypt. In: Ibidem (org.). *The Religion of ancient Egyptians: Cognitive structures and popular expressions*. Uppsala: Acta Universitatis Upsalienses, 1989, pp.7-28.

³ O'CONNOR, David. New Kingdom and Third Intermediate Period. In: TRIGGER, B.G et alii. *Ancient Egypt. A social history*. Cambridge : Cambridge University Press, 1983, p 202. O Egito encontrava-se sob dominação hicsa, povo oriundo, provavelmente, da Ásia (grande parte semita) e que permaneceu estabelecido no Baixo Egito entre (1640 – 1555 a.C.) até sua expulsão pelos príncipes tebanos do Alto Egito. Sobre hicsos. Cf. LALOUETTE, Claire. *Thébes (ou la naissance d'un Empire)*. Paris: Fayard, 1988.

⁴ KUHRT, Amélie. *The Ancient Near East 3000-330 BC*. London-New York: Routledge, 1997. 2 vols, p. 185.

⁵ KESSLER, Dieter. História Política da XVIII à XXª Dinastia. In: SCHULZ, Regine e SEIDEL, Matthias (orgs.). *Egipto: O mundo dos faraós*. Trad. Luis Anjos et alii. Colônia: Könnemann, 2001, p. 143.

de um Império Egípcio que perdurou por alguns séculos até ruir após o reinado de Ramsés II (XIX^a dinastia)⁶.

Sob o reinado de Amenhotep III (1391 – 1353 a.C.), este Império estava devidamente consolidado e o faraó pôde governar no momento considerado pelos egiptólogos como o “apogeu” da XVIII^a dinastia⁷. Externamente, o Egito desfrutava de uma confortável posição de hegemonia dentro do mundo antigo e, internamente, de grande paz, prosperidade e estabilidade político-econômica.

Foi neste ambiente relativamente “confortável” e favorável que Amenhotep IV assumiu o trono do Egito em 1353 a.C.⁸. A ênfase dada as questões imperiais, aqui, não foi feita ao acaso: acreditamos que, em parte, a nova visão de mundo, sugerida por Akhenaton, tem relações diretas com essa dinastia que por muitos anos governou o Egito de forma aguerrida e imponente desde a sua criação em 1550, segundo a cronologia baixa hoje preferida⁹. Até que ponto a consolidação do Império e a necessidade do novo monarca em se legitimar como “Rei do Alto e Baixo Egito” influenciou a visão de mundo de Akhenaton durante a Reforma de Amarna? O peso desta dinastia guerreira teria recaído sobre o faraó reformador?

Amenhotep IV foi coroado oficialmente na cidade de Tebas, sob a égide da antiga tradição como “Rei do Alto e Baixo Egito, Neferkheperu-Ra (Perfeitas são as transformações de Ra), Uaenra (único filho de Ra), Amenhotep (Amon está contente ou satisfeito), divino governante de Heliópolis [do Sul] (Tebas)”¹⁰. Em pouco tempo, menos de duas décadas, tradicionais elementos da antiga religião egípcia foram omitidos em nome de uma “nova ordem” estabelecida por Aton, divindade dinástica de Akhenaton¹¹. Desse modo, o faraó oferecia aos seus súditos a crença na adoração ao disco solar, fonte única da vida, gerador de toda a humanidade, o qual se recriava todos

⁶ CARDOSO, Ciro. *O Egito Antigo*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1984, pp.73-75.

⁷ VAN DIJK, Jacobus. The Amarna Period and the Later New Kingdom. In: SHAW, Ian (org.). *The Oxford History of Ancient Egypt*. New York: Oxford University Press, 2000, p.274.

⁸ A respeito da ascensão ao trono do monarca, convém ressaltar que nós descartamos a possibilidade de uma co-regência entre Amenhotep III e Amenhotep IV.

⁹ Assmann relaciona o “espírito conquistador e guerreiro” dos monarcas da XVIII^a dinastia ao conceito de cosmos ampliado, algo que pudesse abarcar “todas as terras as quais o disco solar circundava”. E, não ao acaso, este “universalismo” será uma das marcas dos Hinos em honra ao deus Aton. ASSMANN, Jan. *The Search for God in Ancient Egypt*. Ithaca: Cornell University Press, 2001, p.205.

¹⁰ CARDOSO, Ciro. De Amarna aos Ramsés. *Phoínix/UFRJ*. Ano VII, 2001, p.2.

¹¹ MURNANE, William. *Texts from Amarna Period*. Atlanta: Scholars Press, 1995, p.1.

os dias e negava o caos, a escuridão, a morte, assim como todo o rico e tradicional panteão politeísta¹².

Paralelamente, notamos a exacerbação de uma tendência do Reino Novo, assinalada por Ciro Cardoso, na qual os monarcas tentavam acentuar sua natureza não-humana através da divinização e culto ainda em vida¹³. No caso de Akhenaton, a ênfase na figura real foi tanta que ele próprio tornou-se um deus, ao menos a versão terrena da divindade, um co-regente passível de receber veneração de seus súditos em uma nova religião repleta de lacunas, quando comparada à tradicional.

Portanto, é necessário, primeiramente, estabelecer o que está sendo entendido por “religião”. A língua egípcia não possui uma palavra para designá-la, e, muito embora os próprios egípcios encarassem religião, política e economia como dimensões de uma mesma realidade, ou indissociáveis, é perfeitamente possível distinguirmos o aspecto religioso dentro do que nos restou da antiga cultura do Egito faraônico¹⁴.

O mesmo Jan Assmann defende, a partir das investigações de Stephen Quirke¹⁵, que somos capazes de nos aproximar do que os egípcios entendiam por “religião” por meio de uma passagem a qual o autor denominou como “O faraó como um sacerdote solar”¹⁶. Tal texto indica a origem da realeza divina e explicita os motivos que levaram o deus solar Ra a colocar na terra um governante, quando esse se afastou da humanidade e passou a navegar no céu com sua barca divina. Eis, abaixo, a passagem supracitada, na qual podemos identificar dois conceitos de religião: um mais abrangente e outro mais estrito, como sugere o referido autor:

Ra estabeleceu o rei na terra dos vivos, eternamente e para sempre, para julgar a humanidade e para satisfazer os deuses, para fazer com que aconteça Maat e para aniquilar a

¹² HORNUNG, Erick. *Conceptions of God in ancient Egypt: The one and the many*. Trad. John Baines. London: Routledge & Kegan Paul, 1983, p.283.

¹³ CARDOSO, Ciro. De Amarna... op.cit., p.5.

¹⁴ ASSMANN, Jan. *The Search for God in Egypt*. Trad. D. Lorton. New York: Cornell University Press, 2001 *passim*.

¹⁵ QUIRKE, Stephen. *Ancient Egyptian Religion*. Londres: British Museum Press, 1992. Pg. 37

¹⁶ ASSMANN, Jan. *The Search for God in Egypt*. Op.cit.

Transgressão (Isefet). Ele dá oferendas divinas aos deuses e oferendas funerárias aos mortos bem aventurados.¹⁷

A passagem, proveniente do Reino Médio, explicita as funções que deveria exercer a monarquia divina egípcia, apresentando uma divisão “oficial” do cosmos composto por deuses, por reis, pelos mortos bem aventurados e pela humanidade¹⁸. Seres inanimados, animais, até povos estrangeiros não figuravam nesse esquema, cujos membros estavam unidos por suas obrigações morais: todos deveriam cumprir seu papel para repelir *isefet*, a tendência natural ao caos, e manter a ordem universal; tanto cósmica quanto social, constantemente salvaguardada¹⁹.

A referida ordem, por sua vez, estava atrelada ao conceito religioso e social, Maat. Essa divindade, filha do deus solar Ra, personificava as noções de Verdade, Justiça, Harmonia, Ordem e Equilíbrio e era mantida através da função ritual do faraó realizada diariamente nos templos egípcios²⁰. Isefet, era exatamente a inversão da ordem, causava desgraça, confusão e morte no mundo dos vivos²¹. No âmbito divino, a antítese de *Maat*, encarnava a gigantesca serpente Apófis, que ameaçava engolir a barca solar todas as noites, interrompendo assim o curso de Ra que, portanto, não nasceria na manhã seguinte, permitindo que o caos reinasse absoluto, desintegrando toda a criação²².

“Julgar a humanidade” e “satisfazer os deuses” era a forma de manter a ordem universal intacta sem a presença de *Isefet*. Para Assmann, esse ideal de organização estava totalmente entrelaçado com o que os egípcios entendiam por “justiça”, pois o

¹⁷ QUIRKE, Stephen. *The Cult of Ra: Sun Worship in Ancient Egypt*. New York: Thames & Hudson, 2001, p.20.

¹⁸ BAINES, John. Sociedade, moralidade e práticas religiosas. In: SHAFER, Byron E. (org.). *As Religiões no Egito antigo. Deuses, mitos e rituais domésticos*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p.156.

¹⁹ Ibidem, p.158.

²⁰ Sobre o culto diário. Cf. SHAFER, Byron E. Temples, priests and rituals: an overview. In: SHAFER, Byron E. (org.). *Temples of Ancient Egypt*. Ithaca: Cornell University Press, 1997, pp.1-30.

²¹ SMITH, Harry. Maat and Isefet. *Bulletin of the Australian Centre for Egyptology*. North Ryde, New South Wales, nº 5, pp. 67-88, [s.m.]. 1994.

²² ASSMANN, Jan. State and Religion. In: SIMPSON, William Kelly (org). *Religion and Philosophy in Ancient Egypt*. Yale University: Egyptological Studies 3, 1989, p. 63.

“drama cósmico” que dominava essa visão de mundo tradicional dava grande ênfase às punições para aqueles que se colocassem contra a conservação da ordem almejada²³.

Grande parte dos textos egípcios empregava *Maat* no sentido de “Justiça” ou “Verdade”, ambas associadas à ordenação do universo, que também necessitava de atos dignos de toda a humanidade para auxiliar o faraó em sua árdua tarefa de conter os elementos não criados afastados do Egito²⁴.

Desde o Reino Antigo, podemos escrever que o monarca, na maioria das vezes, foi bem-sucedido em sua missão cósmica, visto que, salvo o longo episódio hicsu, poucas vezes, a ordem foi, seriamente, abalada no Egito. No entanto, o discurso oficial insistia na visão *agônica* de mundo, pois a ameaça constante do caos era o argumento perfeito para legitimar a posição do monarca no trono das “Duas Terras”²⁵. Essa afirmação permite-nos concluir que o caos e o “drama cósmico” eram *ideologicamente necessários* para validar as regalias e privilégios que o faraó e a elite desfrutavam dentro de uma sociedade tão desigual como a egípcia. Nela, um grupo minoritário colhia os frutos da benevolência divina, enquanto a imensa maioria sobrevivia mediante condições mínimas de vida²⁶. O rei, na qualidade de “campeão” de *Maat*, realizava-a exercendo a justiça e oficiando no culto.

Isso levou Assmann a considerar que a noção de religião egípcia tinha como cerne, *impreterivelmente*, a figura do monarca. Em um sentido mais amplo, tal noção estaria ligada ao conceito de *Maat*. Em contrapartida, uma concepção mais *estrita* colocaria o faraó como intermediário *imprescindível* entre homens, deuses e mortos, ponto de interseção entre todas as dimensões do Universo²⁷.

De acordo com Assmann, a visão de mundo, expressada anteriormente no “sacerdote solar”, seria a “concepção clássica”, cujas raízes estavam fincadas no Reino Antigo e perpassaram todo o período faraônico, *uma teo-politologia da preservação*, a *antropo-cosmologia* negativa²⁸. Em outras palavras, uma visão de mundo “problemática”, “negativista”, conservadora, mas tradicional dos antigos egípcios.

²³ Ibidem, p. 60.

²⁴ BAINES, John. BAINES, John. Sociedade, moralidade... op. cit., p. 152.

²⁵ Ibidem, p. 199.

²⁶ Ibidem, p. 162.

²⁷ CARDOSO, Ciro. *A Unidade Básica das Representações Sociais Relativas ao Culto Divino e ao Culto Funerário no Antigo Egito*. Niterói: [Material cedido pelo autor], 2003, p. 20.

²⁸ ASSMANN, Jan. *State and Religion*.... op. cit., pp. 56-88.

Em oposição à concepção supracitada, o autor apresenta outra visão de mundo, designada como “amarniana” e constitui uma *teo-politologia da vida*, uma *cosmologia positiva*. Os Hinos ao Aton, fonte que melhor explicita a visão de mundo referida, são repletos de expressões altamente otimistas, sob a égide de uma ordem “essencialmente boa”, “perfeita” cujo demiurgo criador é extremamente benevolente em suas ações²⁹. Enquanto o Aton está brilhando no céu, reluzente, todos os súditos exultam e alegram-se, mas, quando o mesmo se retira, a infelicidade instaura-se no Egito. Notamos a presença de um grande *universalismo* em ambas as composições (pequeno e grande hino): se anteriormente apenas homens, mortos bem aventurados, deuses e rei faziam parte do “universo moral” egípcio, em Amarna, ele se expande a ponto de incluir estrangeiros e seres inanimados³⁰.

Outra característica notável dos hinos é a presença de um cosmos desprovido de outros seres, aliados ou oponentes. Nenhuma outra divindade participa do processo cósmico. O Disco Solar reinava solitário no que antes havia sido um rico e povoado panteão politeísta³¹. Era o fim do drama cósmico, da concepção de mundo agônica em prol de uma visão na qual o universo era *naturalmente* ordenado³².

Os fortes contrastes realçados na religião tradicional, bem e mal, vida e morte, positivo e negativo, simplesmente desapareceram na concepção amarniana³³. A inexistência de outras divindades, obrigatoriamente, tornava Aton positivo, pois sua unicidade excluía qualquer possibilidade de comparação com outro ser supremo³⁴.

O caos, foco de todas as preocupações da realeza ao longo do período faraônico, de repente, deixou de ser ameaçador. Subitamente, não rondava mais o Egito, sede do poder divino terreno, núcleo da organização ideal. O ciclo solar perdeu, totalmente, o seu significado político, uma vez que a inexistência de opositores de Aton invalidava a possibilidade de um colapso com a interrupção do culto diário³⁵. As fundações

²⁹ BAINES, John. The dawn of Amarna age. In: O’CONNOR, David e CLINE, Eric H. (orgs). *Amenhotep III: Perspectives on his reign*. Michigan, USA: University of Michigan Press, 1998, p.279.

³⁰ Para um estudo completo dos hinos Cf. GRANDET, Pierre. *Hymnes de la religion d’Aton*. Paris: Seuil, 1995.

³¹ ASSMANN, Jan. *State and Religion*.... op. cit., p. 63.

³² ALDRED, Cyril. *Akhenaten King of Egypt*. London: Thames & Hudson, 1988, p. 244.

³³ SILVERMAN, David. O divino e as divindades no antigo Egito. In: SHAFER, Byron E. (org.). *As Religiões...* op. cit., p. 106.

³⁴ Ibidem.

³⁵ ASSMANN, Jan. *State and Religion*.... op. cit., p. 66.

inseguras as quais, desde o Reino Antigo, foram a base da ideologia da monarquia faraônica, em Amarna, tornaram-se bastantes sólidas e seguras.

No sentido estrito, o mundo apresentado por Akhenaton não precisava ser governado, pois, segundo a concepção amarnaiana, o universo apenas deveria ser *mantido*³⁶. E isto, é algo, totalmente, contraditório, se levarmos em consideração, o discurso tradicional da realeza egípcia, uma vez que a prática ritual tornava-se desnecessária. O demiurgo criador solitário que era Aton enchia o mundo com toda a potência de sua luminosidade, mas o alento da vida só era concedido ao faraó e à família real. Era por intermédio do casal divino, Amenhotep IV e Nefertiti que se tinha acesso ao disco solar, sobretudo o faraó, pois como representante do deus na terra, era o único conhecedor dos ensinamentos de seu pai Aton. Essa relação íntima com o Disco solar conferia ao rei uma posição honrosa e privilegiada dentro do Egito e dentro da sua nova religião³⁷.

Uma vez que a *cosmologia positiva* não necessitava de ordenação, o conceito de *Maat* desapareceu no âmbito cósmico e reduziu-se à Verdade no nível social³⁸. Os hinos ao Aton não abordam qualquer fraseologia relacionada à proteção, visto que esta não era mais necessárias na concepção amarniana³⁹. *Maat* como Justiça foi suplantada por *Maat* como Verdade, no sentido de que o rei interpretava *ortodoxamente* uma revelação que lhe foi feita por seu pai divino Aton e a transmitia para a humanidade.

Um fato que deve ser colocado, é que não há indício de qualquer tentativa de proselitismo por parte do rei. O que pretendia? Dizia-se que Akhenaton “*Vivia em Verdade*”, essa era sua subsistência. O faraó alimentava-se de Maat-Verdade para exercer suas incumbências reais⁴⁰. Era o único a ostentar este epíteto. Embora não fosse mais concebida como um símbolo mítico, Maat ao menos não foi, totalmente, removida da concepção amarniana de mundo.

Não obstante, todo o ciclo solar foi *despolitizado*; inexistente conflito, sofrimento, desordem, dúvida, não existe *Isefet*, conseqüentemente, caos. Qual seria o papel do monarca neste mundo perfeito e sem ameaças? A humanidade estava, completamente,

³⁶ Ibidem.

³⁷ CARDOSO, Ciro. De Amarna... op. cit., p.7.

³⁸ ASSMANN, Jan. State and Religion.... op. cit., p. 67.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ KEMP, Barry J. *Ancient Egypt: Anatomy of a civilization*. London-New York: Routledge, 1989, p. 266.

submissa ao deus supremo, fonte única da vida e ao seu co-regente terreno, Akhenaton, inviabilizando qualquer tentativa de rebelião ou contestação por parte de seus súditos.

O rigor aliado à intransigência de Akhenaton, seguramente, foram determinantes para o malogro da reforma de Amarna. A religião egípcia tradicional era tolerante em vários sentidos sendo possível diversas crenças, aparentemente conflitantes, aos olhos dos mesmos totalmente coerentes, coexistirem visto que estavam atreladas a uma visão de mundo bastante particular, inclusiva, integrada, monista. O que parecia ser a solução para os problemas de ameaça à ordem estabelecida – a omissão do caos - implicou modificação na visão de mundo egípcia e, conseqüentemente, no que se esperava do monarca quando era entronizado.

Durante a reforma, as omissões, muito mais que supostas “inovações” criaram lacunas para as quais o faraó sequer oferecia alternativas razoáveis. Tais “ausências” somadas à imensa contradição presente no discurso oficial da realeza amarniana, tornavam-na muito mais superficial e insegura do que o seu idealizador gostaria.

A concepção monista do universo impede-nos de isolar, no antigo Egito, o componente religioso e, tampouco, separá-lo do véis político. Religião e Política eram duas faces de uma mesma moeda, como Caos e Cosmos, *Maat* e *Isefet*, Tempário e Funerário. Todos os elementos citados conviviam dentro do sistema de crenças que se fundamentava em uma relação recíproca na qual a inexistência ou a omissão de uma das partes anulava o sentido daquele que seria seu “opositor”.

Akhenaton desproveu, quase totalmente, a realeza de elementos míticos, os quais estiveram ancorados em aspectos solares e funcionaram de maneira bastante eficaz desde o Reino Antigo, assim, profundamente enraizado no imaginário egípcio. A morte do faraó reformador representou o fim do interlúdio amarniano e, a partir de então, todo caos omitido pelo faraó reformador, paradoxalmente, voltou-se contra ele: as dinastias seguintes descreveram o período como a instalação da desordem absoluta, sentimento que provocou a destruição impiedosa da cidade de Amarna pelos reis que sucederam o episódio. O protagonista do acontecimento, Akhenaton, foi obliterado de todos os monumentos e inscrições, visto que seu nome tornava-se uma ameaça à ordem cósmico-

social almejada. “Aquele que vivia em Maat” tornou-se o seu grande oponente na memória faraônica⁴¹.

⁴¹ Para maiores informações Cf. CHAPOT, Gisela. *O Senhor da Ordenação: Um estudo da relação entre o faraó Akhenaton e as oferendas divinas e funerárias durante a Reforma de Amarna (1353 – 1335 a.C.)*. Niterói, 2007, 300-, Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.